

CLAUDIA MILITO
HÉLIO R. S. SILVA

Vozes do Meio-Fio

*Emografia sobre a singularidade dos diálogos
que envolvem meninos e adolescentes ou
que tomam a adolescência e a infância
por tema e objeto nas ruas da Cidade
de São Sebastião do Rio de Janeiro.*



0.238.884-6

UFSC-BU

RELUME  DUMARA

UFSC

© Copyrighty 1995 dos autores
cedido para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 sala 202
22011-000 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294

362.74 (815.3)
M 644 v

Copidesque
Maria Christi

Revisão
Wilson de Jes

Capa
Tina-Linhas Studio, sobre foto
de Hugo Demizart

Editoração
MMFREIRE - Editoração e Arte



CIP-Brasil. Catalogação-na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M588v
Milito, Cláudia
Vozes do meio-fio / Cláudia Milito, Hélio R. S. Silva. — Rio
de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

"Etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem
meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância
por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de
Janeiro"
Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-016-0

1. Menores abandonados - Rio de Janeiro (RJ). 2. Crianças
socialmente desajustadas - Rio de Janeiro (RJ). II. Silva, Hélio
R. S. III. Título.

95-0372
CDD - 362.7042
CDU - 362.74

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da lei 5.988.

Prefácio

"Esta é uma tarefa para o Hélio e a Cláudia" — foi o primeiro que pensei. Não estávamos satisfeitos com o discurso corrente sobre os "meninos de rua". Fazíamos já um trabalho com o projeto "Se Essa Rua Fosse Minha", e as informações que nos chegavam dos educadores eram bem diversas do que liamos e ouvíamos costumeiramente. A começar pelos números: "São milhões!", publicava-se, e no entanto constávamos que eles são contados às dezenas, às centenas, no máximo aos milhares. Uma pesquisa patrocinada pelas quatro ONGs responsáveis pelo "Se Essa Rua..." (Fase, Ibase, Idac e Iser), e coordenada pelo Ibase, encontrou não mais do que mil menores dormindo nas ruas de toda a cidade do Rio de Janeiro. É muito, com certeza, mas mil não é um milhão, e o resultado foi tão surpreendente que chegou a gerar polêmicas acusatórias. Esclarecemos subestimando o problema... Mas de nossa parte, tendo Belinho como porta-voz, insistimos, ao contrário, que a questão era tão mais grave e vergonhosa posto que se colocava numa escala passível de ser equacionada.

Um survey analisado por Flávia Impelizeri, do Inuperj, acrescentou valiosas informações, mas faltava o estudo qualitativo que nos aproximasse, pelo entendimento, desses meninos da rua. Por exemplo, a expressão "criança abandonada" parecia francamente vergonhosa, pois via de regra essas crianças mantêm relações familiares, ainda que insalváveis, e circulam pelos espaços abertos da cidade amparadas por redes de relacionamento intenso, por elas próprias construídas. A generalidade do conceito incomodava. Há os que praticamente moram na rua, mas um número maior faz o trânsito cotidiano da comunidade à rua, e vice-versa. Estes, na maioria dos casos, trabalham nas ruas, gerando renda que volta para as suas casas. Há diferenças cruciais quanto à idade, pois todos sabemos que a adolescência é outra coisa, e na verdade a maioria absoluta das "crianças de rua" é formada de adolescentes... Percebíamos variações importantes mesmo quanto aos padrões de comportamento. O projeto "Se Essa Rua Fosse Minha" abriria dois pontos de trabalho diário, um em Copacabana, na Avenida Atlântica, outro no Leblon, junto à Cobal. Os contrastes entre um ponto e outro eram tão marcantes que fomos forçados a desenvolver estratégias metodológicas claramente diferenciadas. Divergiam quanto à idade média, ao relacionamento familiar, às relações com a comunidade de origem, aos desvios de comportamento, níveis de violência e assim por diante. Pelo que ouvíamos, o Centro da cidade oferecia por sua vez ainda um outro quadro, o que veio a ser

constatado pelo próprio "Se Essa Rua..." quando lá começou a trabalhar. E mais, como são suas redes de relacionamento no dia a dia? Como se movem pela cidade? Que relações estabelecem com os demais personagens da rua — o policial, o segurança particular, o porteiro, os mendigos, os vendedores ambulantes, os traficantes, os assaltantes, os "tios" e as "tias" de frequência habitual? Como funciona esta vida na rua? Que expectativas, que memórias e que desejos? Como percebem os educadores e os assistentes sociais que eles vêm se ocupar? Seus jogos de interesse, suas estratégias, seus medos, esperanças, seu discurso?

Sem dúvida, uma tarefa para Hélio e Cláudia. Conhecia-os já de uma pesquisa anterior, que produziu uma excelente etnografia sobre a vida cotidiana dos travestis na Lapa, centro do Rio de Janeiro. Hélio fizera-se amigo deles, frequentava os bares, os restaurantes, as boates; visitara suas famílias, viajara com eles, e foi então capaz de produzir um livro de uma pungente inteligência (*Travesti: a invenção do feminino*, Relume-Dumará). A disponibilidade do antropólogo, sua imersão pessoal no universo a pesquisar, combinou-se com a competência do escritor, que interpreta contando histórias. Precisávamos de um pesquisador assim, capaz de compartilhar os espaços e os tempos dos "meninos da rua". Perambular pela cidade, sentar no meio-fio, tomar-se familiar a ponto de se tornar "natural" — e isto nas horas mais estranhas, pelo longo período de mais de um ano. A Hélio somou-se Cláudia, com a mesma coragem curiosa e compreensiva, abrindo outras possibilidades de comunicação, pelo lado da mulher. O resultado é um livro notável, que se lê como um romance. O melhor que já li sobre o tema. Não nos deu uma nova retórica sobre os "meninos da rua". Ao contrário, sua forma é fragmentária, como o é a vida vista de perto. Não cumpre uma função pedagógica. No campo, Hélio e Cláudia afastaram-se, sistematicamente, dos educadores, buscando um outro tipo de aproximação. Não é pois um livro "util", para ser classificado entre as ferramentas de trabalho disponíveis. É bem mais interessante que isto. Um livro para ser realmente lido, que ensina e comove, e nos põe a pensar.

Rubem César Fernandes

Sumário

Pra começo de conversa

O contexto etnográfico e o trabalho de campo.

Os fios da trama

Cronótopo ou o contexto do menino.

Dinâmica dos processos interacionais.

Tempo fugaz: criança (torna-se) adolescente; (tornando-se) adulto.

Espaço da reiteração: tempo cíclico.

Cotidiano: dia-a-dia.

Espaço: casa, rua/plaça, favela, escola.

Baixada, casa de acolhida, interior, instituição, Nordeste. Itinerário no mapa da cidade: de um território a outro.

Ocupação do espaço público.

A voz por um fio

A população carioca. A evitação do diálogo:

repressão, nojo, pena, extermínio, espancamento, condomínio fechado, grades. Vazio de iniciativas.

Vácuo de responsabilidade. Polícia e segurança.

Gringo. Transcidentes e residentes. Comerciantes e famílias.

Um fio de voz

O menino e o adolescente. Diálogo evasivo. Estratégia de sobrevivência: humildade, pedir, vender, agressividade, pedir amargando. Avanço sobre limites clássicos.

Beleza/superfluo e assalto. A família do menino e os mendigos. O boteco, o roubo, o assalto e o arrastão.

Melões, prostitutas, traficantes e travestis.

Cola e gasolina, maconha e cocaína. A noção de infância, a criança como ator disruptivo na tradição etnográfica, meus 18 anos. Polícia. Imaginário carioca sobre polícia.

Menino e polícia.

Dos fios soltos ao risco da trama

119

Os educadores de rua. Educadores e instituições. Educadores e universo marginal: prostituição, violência, droga, pó, fumo. A educação dos educadores.

Silêncio

161

O drama na rua. Sociabilidade tensa, ordem tensa. Cisão, agonística, diálogo como impossibilidade. Violência.

Um brinde à academia

167

uma prosa sobre o diálogo
Diálogo como fusão de horizontes, diálogo agonístico e diálogo como impossibilidade.

Referências bibliográficas

189

Prá começo de conversa

O contexto etnográfico e o trabalho de campo

As observações dos pesquisadores na rua são comentadas neste livro através da experiência dos educadores de rua. As análises derivam, portanto, de experiências concretas daqueles que trabalham com o menino nessa tarefa de mediação, que constitui a grandeza política do seu trabalho pedagógico.

Tendo como foco de atenção o menino das calçadas, o educador de rua muitas vezes não percebe que o outro pólo fundamental na relação dialógica em que se tensiona o processo educacional (educador/educando), pelo menos no contexto específico de nossa análise (o Rio de Janeiro da década de 1990), não é exatamente o menino de rua,¹ mas policiais, gringos, transeuntes, residentes, seguranças, comerciantes, famílias que os evitam, reprimem, espancam ou exterminam.

Contraquem na rua, *topos* da intolerância, a utopia da convivência quando recebem sopas ou queatinhas, catam piolhos, cortam cabelos, cantam músicas, contam histórias, convocam a trupe das crianças para intrépidas invenções a partir do único instrumento com que contam: o próprio corpo.

Na rua, esses educadores não só educam meninos, mas, sobretudo, civilizam transeuntes. Enquanto proclamam carcer de uma pedagogia que fundamente seu trabalho, parecem silenciar sobre o quanto esse mesmo trabalho já está a elaborar os fundamentos de tal pedagogia.

Esta não é uma afirmação genérica, tampouco apologia do espontaneísmo, como podem pensar os apressados ou os de má-fé. Trata-se apenas de uma interpretação do sentido desse trabalho específico no contexto que pretendemos delicadamente oferecer ao crivo do leitor, nesse possível diálogo.

¹ Termo abrangente que designa meninos, meninas e adolescentes, cujos vínculos familiares são frágeis, permanentes ou rompidos e que, em decorrência, ocupam a rua intermitente, temporária ou permanentemente.

Mas é também o reconhecimento de que nenhuma teoria está completamente pronta a orientar experiências, sejam pedagógicas, sejam de pesquisa. Ante o novo emergente, ante as emergências do novo, haverá sempre um lugar em branco sobre o qual o olhar instaura um sentido antes da reflexão e que o encontro do educador e educando diz qualquer coisa que precede a própria lição. São os momentos em que o teórico debruça-se iluminado pelo etnógrafo, e o pedagogo aprende com o educador.

Esta é uma pedagogia de fronteira. Errância sobre os imponderáveis espaços produzidos pela crise brasileira. Pedagogos para os escombros humanos limpidos concluídos, roteiros seguros? Como andar com segurança entre escombros? Como indicar os caminhos do labirinto?

O senso comum consagra: estou assumando. Esta expressão brasileiríssima contém um sabor quase felino em suas implicações para a ideia de botar a tática de germinação sônica e preguiçosa de uma atitude clara e rápida. Enfim, observar é um pré-requisito para a participação, a interação, o atuar. No caso do antropólogo, profissional de inversões clássicas, tais como exótico-familiar, próximo-distante, selvagem-civilizado, inverte-se a diade e o participar se torna função da observação. Participa-se para. Participa-se, a modular "cada" participação no sentido do aprofundamento da observação, da conquista de novos territórios. Participar, atuar, interagir, conversar, fazer as coisas do dia-a-dia são atitudes que só podem estar orientadas pela atitude fundamental para a explicitação da identidade do antropólogo ali: observar, função de observação.

É nessa dimensão tantas vezes erigida como símbolo da interação das ciências humanas, a interpressividade aí contida, o objeto que é da mesma escala do sujeito da investigação, que interpreta enquanto é interpretado, a alungar os fantasmas positivistas ou experiências de outros campos de conhecimento, particularmente das ciências exatas ou naturais, nos casos em que o objeto encontra-se em escala diferente do pesquisador. A ideia de que é nessa inter-subjetividade que se situam o sujeito da pesquisa e o sujeito pesquisado, e não só o objeto, mas um sujeito que labuta sobre aquela própria relação.

Ora, quando se pensa em uma participação modulada pela observação, reintroduz-se na relação intersubjetiva do exercício do antropólogo uma característica ao menos das ciências exatas que lidam com fenômenos: que se manifestam em escala diversa da do pesquisador: o caráter laboratorial, a possibilidade de controle do fenômeno e até, em certa escala, repetibilidade do fenômeno para renovadas observações de suas propriedades.

Talvez devêssemos estudar mais detidamente as peripécias que cercam o campo, o "lado romântico" ao qual alude Roberto da Matta em *O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues*, para identificar em tais movimen-

tos o grau em que a participação foi modulada pela observação e com que propósitos específicos, consciente ou inconscientemente.

O movimentar-se de um antropólogo no campo, por maior que seja o grau de intimidade que tenha com o seu objeto, a intersubjetividade conseguida, o grau de fusão dos horizontes, será regulado também por sua curiosidade, seu interesse, suas incertezas específicas. O conjunto de tais movimentos e vivências compõe o mapa mental da pesquisa, projeto, hipóteses, comprovação, suficiência da comprovação, relativização das projeções pessoais sobre experiências vividas.

Até mesmo perceber o quanto certos *insights* que ocorrem no campo não decorrem de pequenos imprevistos de percurso, de uma *gaucherie*, de um momento em que seu habitual controle foi perdido e — por exemplo, no calor de uma discussão — uma revelação crucial é feita ao pesquisador, momentaneamente despojado de um papel para o qual aquele tipo de informação não poderia ser prestado.

Uma etnografia² ou uma sintomatologia? Teremos acompanhado a síndrome em sua sistematicidade ou apenas arranhamos certos sintomas distribuídos aleatoriamente ao sabor de nossos percursos? Falso dilema. Esses indícios se oferecem enquanto pistas de um mal-estar que devora os habitantes do Rio de Janeiro há algum tempo. Visível e notória a quem chegue, cultivada sádua ou masoquisticamente pelos que por aqui ficam, inquietos do medo.

Oferecemos, portanto, fragmentos,³ instantâneos da cidade, dos meninos a se expandirem por seus espaços e dos adultos a se retrarem de suas responsabilidades.

O relato dos episódios ou fragmentos entronizam o *episódico* no texto — como é óbvio e seria redundante afirmá-lo, se não tivéssemos adrede a intenção

² O próprio termo *grafia* imposto à disciplina já condicionava seu produto final. Mas não o condicionava semanticamente. Sob a palavra, havia mais que sentido primeiro, havia todo um modelo consagrado academicamente: o descritivismo positivista, praticado com fluência subreptado pelos geógrafos, pois centravam com um objeto nítido lá fora a ser descrito. Talvez os legados hoje arranhando um obscuro objeto que se apresenta sem contornos visíveis, forma indescritível, um informável, avesso a todo olhar que o queira abarcar.

³ Não sempre alguma coisa do diário de campo. Não anotamos tudo. Nunca podemos anotar tudo. Sentiu, firmamos um mapa do tamanho da cidade. Mas, além do caráter essencialmente relativo de qualquer diário de campo, existem maldredadas em que chegamos tão cansados da rua que deixamos a tarefa para o dia seguinte. E, no outro dia, novos compromissos nos impediram, nos carregam para longe do diário. Mesmo que tais momentos sejam raros, eles terminam se acumulando e vão constituindo uma massa opaca sobre a qual para um selo de identificação. Ela se agiganta em nossa imaginação ante o clássico lugar-comum da página em branco.

Essa forma, objeto de um poema definitivo de Duda Machado ("Paint it black"), se rebate contra a figura etnográfica do menino. De poema conversa, difícil de ser conquistado, a exigir energia, ritmo, agrado, tempo de atenção. Queremos ver a planta-baía onde transitam. Suas reflexões, os atores sociais com os quais interagem. E nos perdemos no mapa.

de afirmar tal redundância. E o episódico sempre foi a casca de amendoim das ciências sociais, um dos signos que distinguia, entre outros, o relatório científico, a dissertação, a tese, do conto, do romance. Enfim, de um lado a ciência, a desbastar do material a casca acessória para que o grão brilhasse isolado em sua essencialidade; de outro, a literatura, a mergulhar no caos das cascas para pintar o vivido, as impurezas da vivência.

No formato aqui escolhido, embarafustamo-nos em mil perplexidades. Descobrimos mesmo a possibilidade de leitura deste amontoado de episódios. Guindamos à cena o material básico dos bastidores, isto é, o diário de campo, mas este com um formato bem peculiar: o de pequenas histórias, flagradas no dia-a-dia da pesquisa.

De que servem tradicionalmente as pequenas histórias senão para, passadas pelo moíno da análise, destrincharem-se do outro lado do moedor sob a forma de materiais distintos? A análise converte as histórias em temas, questões, problemas. Muitas vezes o próprio diário de campo já vai assumindo essa forma entre pesquisadores mais controladores ou mais pragmáticos. Pulveriza-se na raiz a experiência que é desmembrada em temas e subtemas e classificada de antemão, ainda no momento das hipóteses e conjecturas para conduzir a uma certa leitura já implícita na própria definição do problema de pesquisa.

Ao optar pela manutenção das histórias do dia-a-dia da pesquisa fomos guiados por elas próprias. A lassidão suscitada pela possibilidade de desmembramento correspondia a um certo sentimento de que estaríamos a desmembrar corpos inteiros, intuição longinquamente iluminada pelas lições de Marcel Mauss no *Ensaio sobre a dádiva*.

Mas, insistia em nosso espírito a cautela — como seria lido? Sentimos um fio condutor em meio àquela selva anecdótica. Tais fios condutores, no entanto, podem ser meramente subjetivos, roteiros pessoais a imprimirem sobre o caótico o caminho pessoal e intransferível do roteiro interior. Mapas de vivência, assimilação emocional do caos vivido.⁴ Isto asseguraria alguma possibilidade de leitura?

4 A prática com o humano — spanágio de médicos, padres, pastores, médiums, enfermeiros, assistentes sociais ou motoristas de táxi — cristaliza um saber que, pelo seu contato com um objeto excelso, o humano, evita a dimensão prática da experiência, transubstanciando-a no excelso eufemismo: vivência.

A vivência que resulta da experiência do psicanalista e do antropólogo, profissionais que, ao contrário do motorista de táxi e todos os outros atores que o precedem no parágrafo anterior, interferem no objeto humano guiados por referências teóricas densamente constituídas na história intelectual do Ocidente.

Surpreendentemente mantidos com aquela tirada genial da mãe-de-santo, retemo-nos aquela *trouville* da enfermeira, mas creditados sempre à conta corrente teórica débitos e saldos de suas práticas.

Os pequenos saltos entre o que se diz ou se escreve guiado pela teoria e metodolôgia explicitamente enunciados erodiam-se a um saber constituído que guia a mão do psicanalista

Mas, as histórias, elas mesmas, o que são senão formas? Senão decantação do material bruto?

O que as histórias trazem para quem as ouve ou as lê? A ambiência em que medram, as emoções desconcertantes e desconcertadas que se entrelaçaram entre seus atores e suas testemunhas, a possibilidade de integrar o imprevisto, detalhes convocados para compor o quadro.

Mas, quando contamos a história, selecionamos personagens, montamos as situações significativas numa cadeia sintagmática que elimina várias outras situações consideradas redundantes ou insignificantes. Determinamos os detalhes interessantes.

Orlando Villas-Boas, em entrevista ao *Jô Soares Onze e Meia*, fala da selva, da brutalidade da selva, da implacabilidade da selva, do escuro, da fome, do perigo, mas fala, sobretudo, dos maravilhosos contadores de histórias que encantam o exíguo auditório à noite, suscitando a intervenção dos circunstantes, promovendo emulações a que certos personagens sejam mortos ou desviados de seus desígnios.

Em um trabalho, cuja principal verificação implica uma não escuta, em um não ver, pois aponta para a perversa supressão do diálogo, importa muito a circunstância de ter sido realizado em dupla, a exigir o diálogo enquanto precondição da observação compartilhada, do partilhar do ponto de vista, de perquirição de uma fusão de perspectivas, sempre a suscitar questionamentos, interrogações: "Foi assim que eu vi", "Já eu vi assim." As certezas produzindo-me ambíguas, na própria elementaridade do seu nascedouro: o ver, o ouvir, o entrever, o testemunhar. A participação mesma sendo observada, e não constituindo apenas uma propriedade específica da observação, mas desnaturalizando também em seu nascedouro as condições de construção do testemunho.

Para nós dois, a elaboração deste livro originou-se do olhar comum, do diálogo de 13 meses sobre nossos meninos, nossa cidade, nossas experiências entre eles, nela. Várias vivências comuns, outras tantas individuais. Usamos a primeira pessoa do plural, mas singularizamos nas descrições cada um de nós, objetivado quando em situação.

Poderíamos discorrer sobre espaços para o olhar feminino, espaços de observação masculina, espaços adequados à observação do casal, mas, sobretudo,

ou do antropólogo. Naquilo que ambos iluminam de visões seus objetos — o neurótico no sófi, o gínguo tribal no sol — alocamos em sua criatividade, que dependendo da tirada seri colocada no encaninho de "genial", "grande sacada", "brilhante".

Esse brilho, essa sacada, esse gênio são soluções cerebrais que parecem não comungar da empatia que guia mães-de-santo, motoristas de táxi, assistentes sociais, enfermeiras, médiums, pastores, padres e médicos.

Contudo, é óbvio, o senso comum, aprendizado das vivências, a maturidade, a empatia da *trouville* guiam antropólogos e psicanalistas que, envorgonhados da experiência humana, terminam sempre por ajustar uma teoria qualquer ao seu *insight* comovidamente constituído.

do, é o que importa, espaço na produção científica para o ponto de vista compartilhado, ou ainda, o ponto de vista que coloca em perspectiva outro ponto de vista, incorporando contudo a outra visão, assimilada no processo crítico de discussão das condições de observação, análise dos dados observados e estabelecimento de critérios mínimos de interpretação.

Iniciamos o trabalho de campo no dia 1º de setembro de 1992. Devíamos encerrá-lo em 30 de julho de 1993, reservando-se o mês de agosto para a redação do relatório final. Contudo, o trágico episódio da Candelária nos impôs o prolongamento do campo, de tal maneira estava vinculado às principais questões levantadas ao longo da observação a que nos dedicávamos.

Inicialmente, mantivemos duas reuniões com os principais responsáveis pelo projeto Se Essa Rua Fosse Minha. A primeira delas, no Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase), ocorreu em 28 de outubro de 1992. Naquela reunião, a propósito da pesquisa, Rubem César Fernandes, seu idealizador, principal estimulador e interlocutor constante, falava de um descontentamento que se generalizava em relação à retórica desgastada sobre menino de rua e solicitava que tentássemos formular uma nova linguagem. Por sua vez, Jorge Saavedra Durão considerava imprescindível convertear na elaboração de um discurso menos negativista sobre meninos.

Não se tratava tanto de insuficiência de dados ou inexistência de trabalhos, pesquisas ou publicações. Antes de uma sensação de literatura viciada, compartilhada por um pequeno grupo de profissionais afeitos à pesquisa, o que conlêre a tal sensação um peso diferencial em relação a outras sensações do mesmo tipo. Por outro lado, colocar sob uma preliminar moção de desconfiança o negativismo que cercava o tema da infância talvez já prenunciasse a atitude política que, pretendemos, nosso texto venha a ter.

Quanto à metodologia, ou melhor, à estratégia de observação no campo, decidimo-nos por tentar estabelecer o percurso espaço-temporal dos meninos de rua, uma tentativa de começar pelo elementar, o básico, a planta-baixa de suas inscrições sociais.

Principiávamos ainda, estabelecendo um programa de textos mensais que versassem sobre temas específicos acordados em reuniões das quais participavam os coordenadores do projeto Se Essa Rua Fosse Minha. Esses textos incorporariam inicialmente nossas percepções sobre o objeto. Chegamos mesmo na conversa comum, no base, no dia 28 de outubro de 1992, a arrolar alguns temas ou certas questões que poderiam constituir tópicos desses textos, como, por exemplo, consumo de drogas, alimentação, violência, prostituição. Os temas elencados já constituem em si mesmos matéria para reflexão, acordados que foram pelos próprios pesquisadores diante do desafio do tema desconhecido, pelos coordenadores do projeto e financiadores do trabalho ante a insatisfação face à exatidão da retórica pessimista sobre o menino e também pelos executivos

do projeto Se Essa Rua Fosse Minha ante os desafios com que se defrontavam nos primórdios da experiência que, percebemos mais tarde, detinha inequívocas marcas de originalidade.

Comida/droga, prostituição/violência, eis a equação dramática na qual se deve incluir o menino como termo, produto e agente. Os plantões do Leblon e Copacabana já funcionavam a distribuir refeições para adolescentes e crianças. A própria Casa da rua Alice, cedida ao projeto, também oferecia almoço a algumas crianças selecionadas pelo plantão.

Essas experiências iniciais já revelavam que, no plantão e na casa, circulavam com a comida, as quentinhas, outros elementos de consumo diário, como cocanha, cola de sapateiro, maconha. O peculiar universo infanto-juvenil oferecia-se enigmático para os educadores. Como atingir meninos que usam drogas? Como interagir com meninos que traficam drogas?

Situar o menino, perceber seus limites, compromissos, implicava entender sob quais parâmetros de ordem ele transita na rua, parâmetros tecidos pelas relações complexas entre polícia, tráfico, seguranças, prostitutas, cafetões, garçons, mendigos com seus múltiplos interesses a instrumentalizar o menino para seus objetivos específicos.

Essa contextualização perderia toda riqueza descritiva, todo interesse pedagógico se omitisse os interesses desses meninos. O vídeo-game, a televisão, as artes marciais, seu imaginário, o peso simbólico desses vários significantes em seu discurso e em sua imaginação. Até porque é o dinamismo interno dessa imaginação compartilhada entre pares que parece constituir o *fiat* de certos momentos especialmente dramáticos em que meninos e adolescentes parecem sonhar com uma república dos imaturos, toda tecida pelos cortes com os vícios do mundo adulto. Terá sido esse o sonho de Ruço? A Candelária teria sido a plataforma desse sonho impossível?

Os fios da trama

Cronótopo ou o contexto do menino
Dinâmica dos processos interacionais
Tempo fugaz: criança (torna-se)
adolescente; (tornando-se) adulto
Espaço da reiteração: tempo cíclico
Cotidiano: dia-a-dia
Espaço: casa, rua/plantão
favela, escola, Baixada, casa de acolhida, interior,
instituição, Nordeste
Itinerário no mapa da cidade: de um território a outro
Ocupação do espaço público

Inicialmente, pensávamos em descrever o cotidiano dos meninos numa perspectiva temporal, mas, ao longo da pesquisa, percebemos que, sem papel definido, esse tipo de personagem erra sem destino ou história que possam exigir o concurso diacrônico do narrador. Cotidiano de estripulias reiteradas, movimento, eterno retorno, se considerarmos a infância eterna. E podemos assim fazê-lo se retirarmos da palavra eterna sua aura transcendente, reduzindo-a semanticamente a seu pedestre significado: *mesmice*.

Só mais tarde reparamos que, embora o espaço pareça bastar às estripulias infantis, esses gurus pisam uma superfície que sofre constantemente a subterrânea erosão do tempo, a corroer as regalias da memória. Etnograficamente, agora e contatos infantis se conformam e exprimem na reiteração, na repetição do que foi bom, de resto um traço constante dos processos lúdicos.

E só reparamos mais tarde porque nossos atores abrigam sob os trapos com que perambulam algo assim como um punhal sob o manto: o tempo. Fingem a eterna infância, mas inconscientemente são corroidos pela obsessão da fugacidade da infância. Pois é assim que todos começam a deixar de ser meninos: quando descobrem que não serão meninos para sempre. Essa angústia não é específica dos meninos de rua, mas de todos os meninos no mundo.

Aproximamo-nos dessa infância aparente, ao interrogar-nos sobre o tempo de ocupação desses espaços, a lógica dessas ocupações, os significados dos espaços, intermitências, ciclos e fluxos, roteiros e personagens desses roteiros. Pensar, enfim, a partir de tais interrogações, o cotidiano desses meninos nas ruas.

Uma educadora nos fala longamente sobre os usos desses espaços urbanos:

Como se constrói, no dia-a-dia, a relação dessas crianças com o mundo? Como é que ficam valores e comportamentos que de finem coisas básicas como família, privacidade? Como é fazer no espaço público coisas que são do âmbito privado, banheiro, relações sexuais, tomar banho? Como é que fica a construção das relações a partir da *subversão* inteira de tudo? (*grifo nosso*)

Ela exemplifica detalhadamente essa *subversão* com o caso das *gavvotas* e prossegue suas reflexões:

Sempre tive resistência de fazer plantão nos locais onde dormiam. No Leme, dormiam num banco na praça. E fazer um plantão justamente nesse banco que era a casa deles, eu achava que era uma invasão de espaço por mais que fosse um espaço público ... mas a relação que as pessoas tinham com o espaço não era o de um espaço público. Às vezes, eu chegava no plantão, fingia que havia na porta, "Dá licença", imaginava uma porta, uma parede que provavelmente aquelas pessoas construíam naquele espaço. "Pode entrar, que a porta está aberta."

Esse uso que as pessoas fazem dos aparelhos públicos é completamente diferente. Isso é que explica muitas vezes as relações no que criam com comerciantes, guardas. Essas relações são calcadas no que eles precisam utilizar desse espaço público. Você cria a relação pessoal a partir da utilização que você vai fazer do espaço físico que vai precisar usar para sobreviver, para manter suas relações afetivas, amorosas.

A ocupação do espaço público seria modulada, a partir desse raciocínio, pelas relações sociais com os frequentadores daquele local específico. A natureza das relações excede a do convívio simplesmente amistoso. Existem ali,

1 Uma mendiga que ocupava a praça onde atua o projeto. Se Essa Rua Fosse Minha, no Leblon, estabelecia "precisas" paredes que delimitavam sua área doméstica do espaço circundante em que os meninos corriam. Um dos pesquisadores foi por ela agredido sob a acusação de "branca azela e mameleira", por ter transposto os invisíveis umbrais. Nesse espaço delimitado, eram frequentes os atritos entre a "moradora" e os meninos do plantão, que não raro jogavam areia e detritos em seus aposentos, desafiando, propositalmente, sua constante limpeza. Ela, em contrapartida, multiplicava-se em impróprios, brandindo uma velha vassoura, ao mesmo tempo arma e instrumento de limpeza.

Dias depois a casa e a moradora não se encontravam mais na praça. "A mendiga faz falta", lamentavam os meninos ante o fato de a "mendicante" tê-la levado dali.

como de resto em todo lugar, interesses a serem preservados. A paz é garantida pelo cumprimento dos acordos locais, mais ou menos tácitos.

Qualquer novo personagem desta cena meticulosamente controlada é um inimigo em potencial. A expressão "alemão" é signo da interdição de deslocamentos livres nos espaços da cidade. Por um lado, esses meninos usam aparelhos públicos para atividades tidas como do domínio privado. No entanto, são impedidos de frequentar alguns espaços, ferindo o preceito constitucional que assegura a liberdade de ir e vir.

E assim se consolida um paradoxo muito interessante, pois enquanto se sentem libertados para, em locais públicos, praticar atos e satisfazer necessidades consideradas íntimos tradicionalmente, estão impedidos de, pertencendo a tal malha territorial, se aventurar em outro território.

O discurso explícito dos meninos na rua, os relatos que fazem sobre suas relações ali levam a supor um território demarcado de forma categórica e, portanto, menos sujeito a mudanças. Mas não apenas isso. Certos episódios testemunhados pelos pesquisadores, como o de Anderson, menino da praça Tiradentes que nos acompanhava até Copacabana, sendo inquirido na avenida Atlântica por outro "menor" e depois pelo traficante/flanelinha local, demonstrava-nos essa dificuldade de deslocamentos espaciais espontâneos. Curiosamente, o tal Flanelinha, ao perguntar de onde vinha Anderson, acrescentou que ali só admitiam "menino de carteirinha".

Contudo, mais do que um controle específico indivíduo/local, ocorre certo trânsito entre os diversos locais da cidade. Sem pretender definir sistemas classificatórios ou traduzir códigos ordenadores dos fluxos entre "áreas demarcadas", levantam-se algumas possibilidades entrevistas nos depoimentos dos educadores de rua e dos próprios meninos.

Katucha nos fala dos meninos de Copacabana que frequentam a Candelária, mas nunca avançam até a Central do Brasil. As *gavvotas*, que faziam ponto na Candelária, em determinado momento, não estavam mais lá. Fomos encontrá-las no Posto Seis.

Henrique afirma que poderiam sair de um lugar para outro, desde que "muvucados", isto é, não solitariamente, mas agregados a um grupo ou a amigos do novo território.

De qualquer forma, fomos recolhendo, aqui e ali, sinais desse mal-estar com o outro, como no comentário da menina de rua do Leblon, durante a festa de confraternização natalina que congregava meninos de dois plantões diferentes do projeto Se Essa Rua Fosse Minha: "Esses meninos de Copacabana são uns vandalos."

Neto nos traça uma trajetória ferroviária, progresso ao mesmo tempo geográfica e simbólica ao longo dos bairros servidos pela via férrea, distancian-

do paulatinamente o menino de suas origens, à medida que cresce sua segurança e domínio dos códigos da rua.

Marcelo e Anderson, meninos da praça Tiradentes, circulam pela área que compreende Praça Quinze, praça Tiradentes e Lapa, mas não se aventuram na Central do Brasil, onde já são alemães. Contam histórias que se passam na Praça Quinze, como o macabro relato da grande sopa de cabeças de galo feita em um grande caldeirão e compartilhada por Marcelo com mendigos do lugar. No entanto, certa feita, começo de madrugada, Anderson recusou-se a saltar do ônibus na Praça Quinze, revelando insegurança. Preferiu saltar na avenida Presidente Vargas, seguindo a pé até o largo de São Francisco.

Já Joni, da Casa de Acolhida do Catete, da Pastoral do Menor, evita a Central, mas conhece Caolha, policial temido na área tanto por meninos de rua quanto por educadores.

Meينو da Saenz Peña também não vai à Central, salvo para dormir em hotéis (embora Hélio tenha observado alguns poucos adolescentes, que viviam na Central do Brasil, desenvoltos e íntimos entre os da praça Saenz Peña).

Seria Copacabana o espaço privilegiado para meninos mais distanciados de suas famílias?

A passagem pelo Centro da cidade é recorrente quando se vem do subúrbio, zona Oeste e Baixada?

Os meninos do Leblon, em sua maioria, moram por ali, na Rocinha, na Cruzada, outros na Cidade de Deus, embora um integrante da diretoria da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) nos tenha declarado enfaticamente que menino de rua vem do subúrbio.

Pertencer a um determinado território, ocupar esses espaços urbanos específicos, está a exigir desse menino a observância dos comportamentos da área, o que garantiria a eles "estar no seguro", garantia certamente negada aos "alemães". Apesar dessa territorialidade definida, do controle local, dos "almães", é na rua recorrente a mudança, a intermitência, a busca de novas relações e, consequentemente, de espaços novos.

Muitas vezes procura-se uma criança em seu ponto habitual e não se encontra. Os educadores relatam também esse tipo de experiência. Alguns meninos são íntimos de vários projetos que atuam em locais diferentes, os próprios educadores a informaram uns aos outros o paradeiro deles.

Exceção marcante: Ruço ou Come-Gato, que não saía da Candelária. Segundo Katucha, ali permaneceu sozinho quando todos os outros se evadiram. Um dia disse que iria chamar o pessoal de volta, pois, como ele próprio acrescentou, "A Candelária não pode morrer."

Trouxe de volta um grupo grande, que novamente se agregou em torno de sua forte liderança naquele espaço. Uma educadora que atua na Candelária

revela a Claudia o quanto ele cuidava das crianças menores, a levá-las a passar, ao médico e até mesmo a definir pessoas confiáveis para o grupo.

Na visita que fizeram ao quartel da Polícia Militar (PM) em Sulacap, Come-Gato tomou do microfone e convocou os meninos ali presentes a se agregarem, pois, "As portas da Candelária estão abertas."²

Esse indivíduo fixo, que se pretendia senão o senhor de tais domínios, pelo menos um seu fiscal, relatam os sobreviventes, foi o principal alvo dos extermiadores da Candelária. Um deles teria perguntado: "Cadê o Ruço?"

Seria interessante perceber a cronologia de tais eventos. Desde o pretensão assalto a turistas sul-africanos, ocorrido na Igreja da Candelária em 1º de setembro de 1992, desapareceu o grupo que ali permanecia regularmente. Naquele período, os pesquisadores tentaram manter contato com eles, levados pelo interesse em discutir o noticiário da imprensa da época. Logo depois descobriram que o grupo, "muvucado", migrara para as cercanias do Arpoador.

É dessa época o "escândalo" do Flor do Amanhã, sediado ali próximo, na rua Camerino. Escândalo estranho e hipócrita, pois se acusou Doãozinho Trinta — fragilizado na discussão por ser homossexual e por merecer, na difusa mentalidade invejosa, puniçãozinha, já que todos parecem se cansar de quem faz muito sucesso — de promover desfiles de travestis. A hipocrisia consiste em silenciar que a presença de travestis entre meninos de rua é significativa. Como Ruço se transformou em um mártir e um mártir necessário a uma causa, todos silenciaram, imprensa inclusive, o fato de que Come-Gato era travesti, embora ninguém negue que fosse homossexual. Os travestis inscrevem-se como extremosas mães de rua, como nós pesquisadores atestamos em Copacabana com o grupo das *garotas problemáticas*, e como ficou cabalmente demonstrado no episódio do Centro de Recepção Integrada (Cerin), conforme relato de educadores aqui transcrito e como podemos nos mesmos atestar durante a reunião de sábado (24 de julho de 1993).

Ora, no Flor do Amanhã, ao que se sabia, houve uma festa. E numa festa meninos vão vestidos de meninos, meninas de meninas e travestis de travestis. A Casa da rua Alice, do projeto Se Essa Rua Fosse Minha cedeu suas dependências para que se fizesse um vídeo sobre travestis, do qual participou, devidamente "produzida", Come-Gato. Na missa de 7º dia na Candelária, a Igreja Católica admitiu travestis no culto solene, conforme atesta o *Jornal do Brasil*. No âmbito do Instituto de Estudos da Religião (Isic) travestis se organizam para se defender dos flagelos da Aids e da sociedade preconceituosa. No

² *Jornal do Brasil*, 24.7.1993, Caderno Cidade, p. 2. Essa visita ocorreu 13 dias antes do massacre da Candelária. Trecho do discurso então feito por Ruço e transcrito pelo jornal: "Quero dizer a todos os meninos de rua que as portas da Candelária estão abertas para quem quiser se juntar a gente. Aqui é todo mundo irmão."

Cerim, os travestis organizaram e cuidaram das crianças, ali mantidas pelo Estado, para protegê-las dos riscos da rua logo após a chacinha da Candelária. Em Nogueira, no Encontro de Educadores de Rua, travamos conhecimento e conversamos com uma educadora, especialmente interessada na questão dos meninos travestis que, julga, são objeto de preconceitos reduplicados e merecem tratamento especial.

Faz parte do trabalho científico elaborar hipóteses para que outros possam na investigação daquilo que o pesquisador não deu conta. Nossa hipótese é a de que, sob a cortina de fumaça do "escândalo" do Fior do Amanhã, pressurosamente abafado com o recurso à respeitabilidade acadêmica e antropológica do imortal senador, Darci Ribeiro, se ocultaram várias coisas que a sociedade merecia saber, até para não desconfiar em vão. Há uma equação a ser esclarecida pela relação conseguinte entre o episódio do assalto aos sul-africanos, a festa do Fior de Amanhã, o significado da liderança de Ruço e a chacinha da Candelária.

A atitude de Ruço, responsabilizando-se pelos menores, não era isolada. Durante certo tempo, um grupo de adolescentes responsabilizava-se pela alimentação e segurança de várias crianças na praça Julia Kubitschek em Copacabana.

Postular a liberdade de ir e vir da criança e do adolescente, como atitude crítica em relação ao internamento sumário, pode redundar em uma visão simplista da questão. O deslocamento livre, a autonomia de comportamento, o livre-arbítrio do menino na rua parecem-nos muito mais uma construção utópica, uma luta política para assegurar direitos constitucionais (de resto já regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente) do que verificação empírica.

Nesse sentido, o discurso de Ruço, líder em seu particular espaço público e mártir de um estilo de vida, dramatiza ao mesmo tempo um certo orgulho, de pertencimento (a mística dos meninos da Candelária) e ainda a imprópria dificuldade de circunscção (não a individual, efêmera, mero circular pela cidade, mas o trânsito predatório, a exploração grupal de novos domínios, minas novas).

O quanto essa área estava "suja", se nos atemos ao episódio ocorrido exatamente um ano antes e motivador da migração do grupo em 1992?

"Suja" parece estar Copacabana, presente Helena, educadora na avenida

Dinah refluí às origens de seu universo. Os meninos chegam do morro, de lugares diferentes, distantes.³

Em Copacabana, convivem meninos do morro do Pavãozinho, de Magalhães Bastos, de Nova Iguaçu.

Por que a Central? Por que a Saenz Peña?

A Atlântica sempre foi óbvia, dólar que circula, lugar bonito, turista generoso em sua beatífica missão de conhecer, ouvir, alguns apalpar... Mas é o imundo trecho entre a Central e o Terminal Fontenelle? Dos lugares mais sujos, mais fedorentos do Rio, atravessado diariamente por usuários de trens e ônibus em sua maioria de baixo poder aquisitivo, pequenos compradores de papoletes de cocaina que ali circulam aderentes ao pauzinho do picolé, conforme a tenda... Por que ali?

Rose fala das relações estabelecidas e do comodismo lincado nessas relações a propósito da Central do Brasil, que ela tão bem conhece.

Helio pergunta a Fabio por que, morando no morro da Formiga, não vende suas balas na Saenz Peña, área comercial de grande circulação? Responde que não ficaria bem, pois ali transitam vizinhos, gente conhecida. Estuda pela manhã no Colégio Barão de Itacurçá na Tijuca. Desce à tarde com a mãe para a Cinelândia, a assumirem o papel de ambulantes longe da temida praça de sua comunidade de origem. Dez, dez e meia da noite retorna à casa, onde assiste à televisão e dorme.

Nessa prudente preservação da imagem doméstica, aviltável se assumissem publicamente a ocupação de ambulantes, exerceria-se uma postura bem de acordo com algumas obsessões estereotípicas da pequena burguesia em torno do que aparentam ou do que "os outros vão dizer". O episódio, justaposto à fala anterior do representante da Rocinha, que nega a inevitável presença entre os meninos de rua do Leblon das crianças de sua localidade, nos indica o quanto a rua,

3 "Interrogo-me sobre essas escolhas. E lembro-me de um artigo de um jornalista, a dizer que os antropológicos são seres insensíveis, capazes até, dadas as condições, de fazer uma etnografia de um campo de concentração, traçar impetuosos seus redes de relações e daí extrair seus sistemas simbólicos. O que significaria se interrogar sobre de onde vêm, para onde vão? Importa que esteja ali e que temos o compromisso de deslindá-los a melhores espíritos. Receto ante minúsculas interrogações. Remo-me ao jornalista e questiono todo o saber em Ciências Sociais de Conte para cá. Tenho o impulso de aliar-me a severos juizes e imagino-me em uma cruzada para retirar a qualquer preço esses meninos da rua, para conduzi-los a lares exemplares, escolhas modelares, aplaudido por editoriais, interlocuís do jornalista.

No auge de minha depressão exaltada, sou assediado por aqueles rostos, aqueles pequenos corpos envoltos em trapos ou roupas dadas, dispostas segundo alguns modelos que eles comunicam entre si, fazendo dos rostos e dos dardos arranjos instigados que servem a representá-los, a uni-los, tal como espíritos, vídeos, expressões, games e, aos poucos, vou me recuperando que o projeto de salvação deles implica o seu conhecimento, num se delinear sobre eles, e que conhecer, descrever pode não ser um ato de frieza. Curo-me assim da súbita crise de obscuridade e esqueço o jornalista e seu jornalismo.

Volto a me interrogar sobre essas escolhas" (Diário de campo de Hélio R. S. Silva).

constituindo opção assumida por diversos segmentos, produzindo um escândalo proibido por estílo de vida verbalizada e postulado, suscitando entre a população favorecida um sentimento de desqualificação. No largo de São Francisco, um mendigo observa, enquanto conversa sobre a praça: "É, moro no morro de São Francisco...", o risoônico a sublinhar a idealidade contida na aspiração a morar em uma favela.

*

Inúmeros escritores já se debruçaram sobre a infância e adolescência em várias partes do mundo, para mostrar o quanto essa fase é problemática. A dolorosa infância de Graciliano Ramos, a trágica infância do *Menino de engenho* de José Lins do Rego, a sombria infância de Lúcio Cardoso, os torturados adolescentes de Salinger, o sentimento de fugacidade dos jovens de Fitzgerald, os desgarrados de Dickens, tedioso rol que o leitor poderá completar consultando estante e memória.

Não vamos empreender essa análise, sequer rastrear e discutir a imensa bibliografia sobre infância e adolescência, quer no sentido direto de estudos da estirpe de um Philippe Ariès ou de memorialistas, quer no sentido indireto com que poetas e romancistas de tantas línguas feriram o tema.

Importa apenas que, ao traçar aqui o esboço da infância pobre no Rio de Janeiro, tenhamos como pano de fundo as densas questões psicológicas, existenciais, morais, físicas que sempre cercaram o mundo infantil ou atormentaram o adolescente, para que o esboço não retenha apenas o plano achatado da falta de residência.

*

Quando chegam aos 18, 21 anos, vivem a crise da perda de privilégios, dolorosamente, dramaticamente. O que pode advir de tal crise?

Menina já adulta, 18 anos, com um filho que ficava na creche do Jardim Botânico, não podia comer quentinha. Marido batia nela. Dormia na praça. Corporifica o tipo discutido pelos educadores, neste livro, em *Das fias soltas ao risco da trama*, os mimados da rua, tipo paradoxal cuja existência desestimula as facéis caracterizações psicológicas diretamente conformadas sobre a "experiência de rua", lugar-comum que, usando uma gíria carioca, supõe "safo", quem se habitua ao viver "livre" das esquinas.

A lei e alguns segmentos da sociedade dão (ou ao menos se esforçam por dar) amparo e proteção à criança e ao adolescente. Os meninos sabem disso e se ressentem com a proximidade da perda desses "privilégios".⁴ Da mesma

forma, parte da população (que mesmo sem puxar o gatilho os quer mortos) lamenta a existência dessas postuladas vantagens da menoridade, e reclama veemente contra elas.⁵ Justificam-se ao retirar desses personagens a própria condição da juventude, assim considerada ilícita para eles. O "argumento" fundamental desse tipo de mentalidade centra-se na idéia de que o comportamento deles, a delinqüência que praticam dissolvem a condição infanto-juvenil. São "menores". Eles próprios se vêem como "menores", a incorporar a discriminação e a chamarem a seu favor a letra da lei: "Sou dimenor."

A população não somente demonstra hostilidade, cria ainda o clima favorável a chacinas como a da Candelária. A própria recepção do noticiário sobre a tragédia está a revelar a concretude de tal clima. Valeria a pena circunscrever os segmentos da sociedade carioca que realmente se escandalizam com as chamadas violações dos direitos humanos, termo enxovalhado pelo deboche policial e pela antipatia que suscita entre representantes da média e pequena burguesia e, sejamos justos, por inúmeros representantes das assim chamadas classes populares. A expressão "alimentar bandidos" é, ao mesmo tempo, descrição metonímica da atividade de educação na rua e síntese metáforica da convivência e da cumplicidade com o bandido, a insinuar não só aderência cúmplice, metra pusillanimidade, mas também ativa gestação, para usar a grosseira expressão policial, dos "elementos" do crime, como fica flagrante em suas variantes: "criar bandidos", "criando bandidos".

Como é óbvio, esse "alimentar" contém um significado menos imediato que o de suprir a fome fisiológica daquele momento específico. É dito no sentido de nutrir, preparar, cevar para sua posterior apropriação como profissional do crime. O fato de se viabilizar a permanência na rua desses pequenos infratores criaria uma ambiência viciada de onde medra o "prim",⁶ o cacó de vidro, o roubo, a faca, o assalto, a arma de fogo.

enrolar o teatro ludico dos céus gratuitos, das alacres reiterações, dos pleonásticos retornos, um tempo subconsciente, um inconsciente que devora em um preciso ponto de fuga toda essa experiência. E que, em tal ou qual conversa, em certa entrevista, entrevê-se tal tempo, ele é pronunciado muito vagamente, ou mesmo fisicamente este tempo chega nas imagens e melancólicas figuras que teimam na postura adolescente frente ao fipepema, ávidos ainda das emoções que já controlam com notável domínio, criando em torno de si um pequeno grupo de fiéis, acolhidos de suas experiências, espécies de mentes-sentores que, como no caso de João Alves da Silva, terminam muitas vezes morrendo com eles, como comprovam os inquietos palpites a que tivemos acesso, embora João Alves da Silva não tenha morrido: carregou na base do pescoço uma bala que não poderia ser extraída, segundo os diários que noticiaram a chacina da Candelária.

O enfoque da situação resulta de que os próprios meninos sentem-se de alguma forma detentores de vantagens e privilégios, no sentido de que esses privilégios e vantagens não os protegem cabalmente, mas podem ser usados pelo detentor na lógica inerente à subcultura da evasiva. Talvez a rua ofereça mais esta possibilidade: a de sombar com privilégios mesmo que quânticos. Em suas casas haveria tratamento especial para o adolescente?

Movimento inesperado e rápido com o objetivo de furar algo.

4 A perda é incondicional, instantânea e previamente definida: 18 anos. Quando afirmamos que o tempo do menino é um tempo cíclico, tempo da reiteração, do eterno retorno e que, na órbita de tal tempo, o que importa mesmo é o espaço, cenário de tais ciclos, reiterações, retornos, estamos a nos referir a um tempo consistente que (por estar posto em tais espelhos que a eles próprios refletem), como não tem existência, dissolve-se (ou se concretiza) em para

especialidade, o que não significa não reconhecer que, sob tal tempo consistente, subjaz como a

Outras vozes mais radicais bradam contra esses privilégios, porque nelas percebem o acobertamento da ação do bandido: "Não são menores de rua, são bandidos de rua."

Tornou-se popular o debate em torno da redução para 16 anos da idade base para a responsabilidade penal, medida frequentemente vista como capaz de reduzir a permissividade na rua.⁷

Nos locais de freqüentação pública são recorrentes as reclamações contra o Estatuto, que estaria a acobertar o roubo dos meninos. Claudia lembra de um senhor na Saenz Peña, cerca de 42 anos, sentado na mesa do bar com dois amigos, já no período natalino. Bradava contra o "prostituto do menor".⁸ No caso era um senhor de classe média, o que não significa que até personagens de rua não reclamem dessa impunidade, a atribuir mesmo, numa difusa inter-pretação, ao falecido parlamentar Ulisses Guimarães, enquanto presidente da Constituinte, a responsabilidade pelos recentes acontecimentos.

"Não são crianças, são bandidos", gritam os mais exaltados.

Meninos a roubar em e adultos a se aproveitarem da proteção prevista no Estatuto para colocá-los na linha de frente do crime.

Hélio lembra de uma senhora, estabelecida na calçada, na Lapa, que habitava um cômodo com seus filhos, um deles com sérios problemas com a polícia, investindo contra o Código nesse diapasão: serviria para que os adultos se utilizem das crianças para atividades criminosas.

De forma ambígua, há mesmo entre educadores quem defendam a autonomia do menor, a alegar que a densidade da vivência de rua, essa experiência limite, os amadureceria precocemente.

A infância medra sempre em referência a batizes visíveis e manifestas. Os familiares, os educadores, os amigos (adultos ou outras crianças). O mundo lá fora, virginal e enigmático, vai se fazendo compreender na medida em que a socialização avança e os segredos do mundo adulto vão sendo partilhados pelo menino.

"Entra pra dentro, menino", grito de um passado pré-metropolitano que ainda ecoa em nossos arrabaldes ou em pequenas cidades do interior.

"Entra pra dentro, menino", pleonasma funcional, cuja redundância talvez decoreta menos da gramática claudicante e mais do próprio reforço necessário a todo limite transposto indevidamente. O mundo virginal lá fora não é mundo de menino. Nete o menino mergulha intermitentemente, frugalmente, incursões

controladas pelo grito da mãe, explorando apenas os territórios ao alcance do grito, incursões sob controle.

Ora, o menino só na rua transforma-se em uma monstruosidade social, um paradoxo, uma abstração, o oximóron ao qual nos referimos mais adiante, em "Um Brinde à academia".

Existem grupos, camadas, setores (temos que identificá-los) em nossa sociedade que criaram uma fantasmagoria com a matéria-prima do menino "livre" na rua. E essa fantasmagoria contém um forte ingrediente: para ele o mundo não tem mistério. Outro ingrediente não menos forte: seu roteiro não conhece limites, para ficar ainda em lugar-comum, é "livre como um passarinho". Na verdade, como qualquer ornitólogo sabe, também esse errar na rua sofre a limitação de condicionamentos e restrições que impõem aos vãos dos pássaros roteiros precisos e limitados. Os meninos que transitam nas ruas o fazem em logradouros específicos com acessos e saídas delimitados.

É quase como se o menino estivesse a ouvir outros gritos controladores ou outros controles que prescindem dos gritos, embora não os dispensem de todo, conforme podemos observar inúmeras vezes.

*

Qualquer um hoje no Rio sabe o quanto as *gangs* juvenis, os *meninos de rua*, os grupos adolescentes referem-se aos outros grupos como "alemaes". A expressão, a transitar livre de um domínio para outro, termina por adquirir um sentido genérico que serve apenas para apagar as fronteiras que delimitam nitidamente a especificidade de cada grupo particular e termina por servir para misturar alhos com bugalhos.

Torna-se necessário verificar quando o "alemao" serve para delimitar a fronteira que estabelece a identidade juvenil, e o esforço para adquirir uma identidade independente da criada pela família, cujo significado nos omitimos de discutir aqui, pois há suficiente literatura sobre o assunto e, no caso, estamos ante a primeira flutuação da identidade: no sentido da autonomia (ou pelo menos, idealmente, assim se espera que as coisas se passem). E no sentido da vida adulta em que o dependente da família, como um viciado, troca a antiga droga por outra mais forte: a dependência do grupo de referência, a patota da esquina, o grupo do clube, os colegas do colégio, a *galera* de uma prática esportiva qualquer, a necessitar muito de insólitas atitudes sempre assumidas coletivamente, para evitar o desarrazoado da atitude individual, esdrúxula. Aqui o insólito se constrói consensualmente: o alvo é o antigo grupo.

O parágrafo anterior, redigido para o segundo encontro que mantivemos com os patrocinadores da pesquisa (25.11.1992), levanta uma febre que vimos depois circular agili nas entrevistas com meninos e educadores: a freqüência com que se referem aos riscos do vício da rua, à ideia de que a rua cria dependência.

7 Em 21.10.1992 o noticiário do meio-dia da Rádio Globo informava sobre encontro de juristas em São Paulo, que estariam discutindo a questão da idade penal: "O Avesso no Direito".

8 Falava alto, alegando sua divergência ao Estatuto. E dizia que: "bandido tem que morrer, eles são piores. Você não pode mais ir a uma praça com sua família. Se existe o direito deles tem que existir o nosso." Deixando claro estarem "eles" inscritos em outra categoria de cidadania, diferente da nossa.

Qualquer educador no Rio, seja a que instituição pertença, sabe dos pais de rua, adultos que protegem, exploram, supervisionam, orientam, controlam os menores. Os nomes por que são designados podem variar ou nem mesmo existirem de forma muito clara, embora claro seja o controle, nítida a delimitação de percurso.

Assim, ao contrário das *gangs* juvenis, o "alemão" do menor não passa de uma tradução para a linguagem infanto-juvenil de uma delimitação adulta. As malhas tensas que se sobrepoem em nossos logradouros — a ordem social, a ordem policial, a ordem do tráfico, a ordem do jogo do bicho, a ordem da prostituição, a ordem do assalto. Toda a questão se rebatce numa transordenação, na harmonização desses sinagramas que nem sempre se correspondem. Os deslizes e desajustes entre eles geram tensões e conflitos, negociações e rearranjos, explosões violentas e intimidações.

E não há discurso público para isso. Até que ponto tais tensões não estiveram concorrendo para a tragédia da Candelária? Porque, ao falarmos de uma delimitação adulta, não excluímos a possibilidade do sonho juvenil de autonomia que Ruço parecia encarnar. Quais os interesses que atropelou em seu sonho de uma praça livre?

Existiria uma ordem *menor* na rua? Toda a questão de saber se aquele menino é sujeito das relações que ali estabelece. Há quase sempre um adulto que nos espia, distante, quando nos aproximamos de uma criança na rua. Quando se estabelece a intimidade pela constância da frequência, esse adulto sai da sombra, dos bastidores e fala "construtivamente" do menor e de suas expectativas. Só não se expande até a condição de pedinte. Deixa que os "menores" o façam, com ar quase estereotipado de ausência e passividade. Mas, quando a intimidade avança no sentido da desqualificação do "visitante", então as falcatras são expostas e o reluzente rolex é exibido na praça Saenz Peña pela mão dos irmãos engraxate e vendedor de balas e amendoim.

Isso não impede que se tropece em algumas peças que parecem fora do conjunto, como o franzino e descalço Sanderson, azougue da praça Tiradentes. Essas peças soltas da engrenagem tornam-se vulneráveis. São personagens esquisitos, estranhos, engraçados ou perigosos. A leitura de inquéritos policiais sobre homicídios dolosos de menores aponta para isso. Vulneráveis são as peças soltas, ou porque despretegiadas e incontroláveis ou porque chegam a um ponto que almejam a uma autonomia.

*

Esse adulto nos espia porque abarca com seu olhar o espaço significativo no qual penetramos. Exerce assim um controle sobre áreas públicas, aparentemente com fluxos ininterruptos a partir de suas francas entradas e saídas. Quem porém onse permanecer mais prolongadamente em tais áreas perceberá o quanto

tal controle se sobrepoem à área física quase como uma malha nervosa, sensível. No aparente caos dos fluxos transeuntes, os elementos fixos ou tendentes à fixação sofrem um rigoroso esmerilhado frente ao indistinto entorno, numa relação equivalente à de figura e fundo.

Notável materialização desse controle fomos encontrar no largo de São Francisco, onde, sobre o adro da igreja, Shirley supervisiona com gestos e gritos as múltiplas ações nas quais seus filhos e sobrinhos estão envolvidos.

Nem sempre, porém, tais espaços sofrem controle familiar. Grupos adolescentes, embora com referência familiar, formam muitas vezes redes de apoio mútuo e de pares que, sob o comando de uma liderança, se apossam de um espaço, como aconteceu, por exemplo, com a Candelária e, parcial e temporariamente, com a Saenz Peña.

O previsível é o agrupamento, a relação mais ou menos orgânica com uma rede de atuação. O que implica certas obrigações como, sobretudo, a observância da territorialidade (não no sentido biológico do termo, mas em sua acepção jurídica, usada sem ironia, apenas para extrair de tal sentido sua ressonância normativa).

Muitos se interrogam: O que ele quer? Esse querer, um querer desqualificado em nossas representações sobre a infância, pois menino não sabe o que quer em sua volubidade infantil, toda feita de ignorância e irresponsabilidade. Todo um discurso sobre a importância do ludismo na relação com a infância e da dimensão lúdica como fonte de inculcamento de valores, disposições, hábitos, habilidades que convergem para a canalização das disposições prazerosas até as impossíveis do dever, da ordem e da etiqueta.

Nesse sentido, toda relação com o menino é a relação que busca a canalização, para usar o jargão psicanalítico, do princípio do prazer no sentido das metas definidas pela realidade, entendida como o consórcio produzido na interação social.

Orn, aquele menino na rua não está só. E quando, excepcionalmente, está, tem os dias contados. Não estando só, ele se constrói numa relação complexa com atores sociais diversos, tendo direito à proteção desde que assimile com presteza os princípios que a realidade lhe impõe. Os horizontes do menino (o que se quer saber quando se pergunta sobre o que ele quer) serão traçados pela rede na qual estão inscritos enquanto meninos, portanto seres em socialização, sobre os quais pesam as desconfianças quanto à imprevidência e irresponsabilidade. As marcas no corpo de Eduardo, barbaramente espancado pelo pai com uma vara porque fora roubado — levaram sua carga de amendoim enquanto cochilava de madrugada em um ônibus da linha 415 (Usina-Leblon) —, foram uma das evidências desse controle. Mora em Senador Camará. O furto se deu entre a Usina e o Leblon, trajeto daquela linha, tão distante do local de residência, mas a vara severa do pai, o fático e arcaico pátrio poder o alcança com a eficácia do grito primitivo:

"Entra pra dentro, menino."

Parece não restar dúvidas quanto à existência de limites nesse processo alternativo de socialização da criança. O que talvez mereça ser discutido, concretamente, é se se trata de um processo coerente ou se a criança na rua está se formando, crescendo e se socializando em meio a malhas superpostas de valores. Temos indícios que apontam para ambas as possibilidades. Conexões que na rua indicam uma articulação entre ordens distintas (o recado, a conversa entre líderes) ou atritos e conflitos que parecem resvalar para um descentendimento ou confronto.

Pode-se inclusive imaginar que, em certas áreas da cidade, a relação harmônica entre ordens distintas seja obtida com mais facilidade do que em outras áreas.

Todas as considerações precedentes se criam contra o pano de fundo de um discurso senso comum, segundo o qual o mundo monovalente seria o fundamento da educação infantil e a contradição seria o cadinho da fratura e do trauma.

Há ainda outro aspecto.

Glenda, nove, Helena, 15 anos, transferiram em quarenta dias por três instituições, o Se Essa Rua Fosse Minha, a Casa de Acolhida e a Fundação São Martinho.

*

Portanto, ver o menino, saber o que ele quer implica ver em torno do menino e saber o que aqueles que estão em torno querem do menino, desejam para o menino. Como esses meninos estão determinados pela territorialidade, sendo a errância aparente, as âncoras desse itinerário dão o conteúdo daqueles destinos. De tal forma essa dependência se impõe que tentar uma tipologia dos meninos que vivem ou passam o maior tempo de suas vidas nas ruas do Rio hoje depende de uma topologia.

Por outro lado, o que seria melhor visto em *A voz por um fio*, esses meninos estão sendo produzidos para a mendicância e a criminalidade. O tipo mendigo ou marginal em nossa sociedade tradicional era o decaído, a exceção, o fracassado: indole fraca ou azares do destino explicavam-no. Trazia em si a aura existencial do fracasso enquanto horizonte provável da existência. Eles falavam de nós mesmos. E eram singulares, delimitadores de nossa condição.

Os meninos na rua são a regra ao mesmo tempo trágica e monótona. Não são vítimas de si mesmos nem de um fado perverso. Trazem em si as marcas de um fracasso coletivo, um fracasso social, um fracasso político. Não falam de nós mesmos porque nós nos salvamos em nossos apartamentos refrigerados. São múltiplos, coletivamente organizados, não trazem como coletividade marcas psicológicas especiais. São comuns, humanos, mas diferentes. Não declinam nossa condição. Ameaçam nossa condição, ao exibirem de forma inquestionável uma outra face da sociedade e a questionarem, pela sua presença coletiva, qual a verdadeira, qual a excepcional?

A voz por um fio

A população carioca. A evitação do diálogo:

repressão, nojo, pena, extermínio, espancamento, condomínio fechado, grades. Vazio de iniciativas
Vácuo de reponsabilidade. Polícia e segurança
Gringo. Transcuntes e residentes
Comerciantes e famílias

Now the stone house on the lake from is finished and

[the workmen are beginning the fence.

The palings are made of iron bars with steel points

[that can stab the life out of any man who falls

on them.

As a fence, it is a masterpiece, and will shut off the

[rabble and all vagabonds and hungry men and

[all wandering children looking for a place to

play.

Passing through the bars and over the steel points will

[go nothing except Death and Rain and

[Tomorrow.

Carl Sandburg

Desfez-se o suave quadro da pobreza nacional, quando bairros e quarteirões pareciam adotar seus tipos decaídos, mendigos e alcoólatras, pelos quais todos se sentiam responsáveis, a reservar para eles roupa, alimento e uns dois dedos de prosa. O pesquisador lembra de um deles na Tijuca, inutilizado pelo álcool, a pedir a uma senhora que não comettesse mais o equívoco de incluí-lo em sua dieta, pois ovo não se mistura com álcool, como todos sabem.¹

¹ "As enfermeiras da Saúde Pública cabe o nobre mister de levar aos lares pobres nos bairros humildes da cidade, aos mortos, às habitações coletivas e às "favelas" os ensinamentos de higiene, de profilaxia indispensáveis à conservação da saúde. Este serviço é feito por meio de visitas domiciliares das enfermeiras do Corpo de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública. Estas enfermeiras, na sua dolorosa peregrinação diária pelas residências pobres, depuram freqüentemente com quadros desoladores, com espetáculos pungentes: famílias miseráveis, maltrapilhas, de tudo privadas, vivendo em promiscuidade, homens, mulheres e